

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si celebram, de um lado, o **SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DO CEARÁ – SENECE**, entidade sindical, com sede na Av. Santos Dumont, 2626 – Aldeota – Fortaleza - CE, C.N.P.J nº. 09.529.496/0001-60, devidamente autorizado pela Assembléia Geral convocada e realizada de conformidade com as normas estatutárias e com observância na legislação em vigor, e de outro lado o **SINDICATO DAS SANTAS CASAS, HOSPITAIS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS DO ESTADO DO CEARÁ - SINDHEF**, entidade com sede a Rua Nogueira Acioli, 496 - Centro - Fortaleza-Ceará CNPJ 73.970.212/0001-75 - Telefone: (0xx85) 254.2990, através de seus representantes legais, abaixo assinados, resolvem na melhor forma de direito firmarem a presente Convenção Coletiva de Trabalho, mediante as cláusulas, condições e obrigações seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PISO SALARIAL - A partir de 1º de maio de 2007, o piso salarial dos enfermeiros do Estado do Ceará será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), por mês, para todos os profissionais enfermeiros do Estado do Ceará, abrangidos por esta convenção, devendo citado pagamento ser efetuado no máximo até o quinto dia útil do mês seguinte ao vencido. Citado piso visa ao pagamento da jornada laboral de 36 (trinta e seis) horas semanais.

Parágrafo Único: Fica desde já convencionado entre as partes, que em hipótese alguma haverá redução salarial dos enfermeiros contratos que ganham remuneração superior ao piso salarial ora avençado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - ÍNDICE DE CORREÇÃO SALARIAL - Os salários da categoria profissional serão corrigidos em 1º de maio de 2007, no percentual de 3,5% (três vírgula cinco por cento), aplicado sobre os salários de abril/2007, de todos os profissionais da categoria de enfermeiros, independente da faixa salarial. Fica ainda acertado o direito de deduzir as antecipações voluntárias concedidas aos enfermeiros durante o período.

Parágrafo Único: As diferenças salariais serão pagas em até três parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira juntamente com o salário após o registro da presente Convenção na DRT/CE.

CLÁUSULA TERCEIRA: HORA EXTRAORDINÁRIA - As horas extraordinárias trabalhadas (de segunda a sábado) serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal e com adicional de 100% (cem por cento), quando trabalhadas em dias de feriados ou de descanso remunerado.

CLÁUSULA QUARTA: DO SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO - Fica assegurada ao substituto a percepção de remuneração igual a do substituído, durante o período de substituição, desde que tenha sido efetivamente designado para este fim, pelo respectivo empregador, e que a substituição consista em desempenho de função diversa para o qual foi contratado, excetuando as vantagens pessoais. Fica convencionado que o período de substituição deverá ser superior a 30 (trinta dias).

CLÁUSULA QUINTA: REMUNERAÇÃO DO 13º SALÁRIO - Os empregadores incluirão no cálculo do pagamento dos 13º salários, os adicionais noturnos, horas extras, produtividade, insalubridade ou periculosidade e demais gratificações quando devidas e desde que tais verbas sejam de caráter habitual.

CLÁUSULA SEXTA: GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO - Os empregadores se comprometem a conceder adicional de titulação no valor de 10% (dez por cento) do piso da categoria, a todo trabalhador que concluir curso de pós-graduação ou obtiver título de especialista, desde que atue na área relacionada à titulação. Fica acertado que as gratificações de titulação não são cumulativas. A fim de que o profissional enfermeiro faça jus a gratificação, este deverá proceder a apresentação do documento hábil ao empregador.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO - Fica convencionada que os salários dos profissionais da categoria serão pagos mediante folha de pagamento ou contra cheque, obrigando-se o estabelecimento empregador a fornecer aos respectivos profissionais comprovante de pagamento padronizado e formalmente preenchido com as discriminações das verbas recebidas, bem como, os respectivos descontos.

Parágrafo Único: Quando a empresa usar sigla(s) ou código(s) na folha de pagamento ou contracheque, deverá haver uma legenda ou similar no próprio documento (folha de pagamento ou contracheque) que identifique a respectiva sigla ou código.

DA JORNADA LABORAL, PLANTÃO E DOBRAS

CLÁUSULA OITAVA: DA JORNADA DE TRABALHO - Os enfermeiros que trabalham em regime de plantão noturno em escala de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, terão as horas excedentes remuneradas na forma de hora extraordinária.

Parágrafo Primeiro: Em cada jornada de trabalho de 12 (doze) horas, deverá existir um período de descanso, de pelo menos 01 (uma) hora, para repouso e/ou alimentação.

Parágrafo Segundo: Fica convencionado entre as partes, que os enfermeiros que exerçam suas atividades nos serviços noturnos, não serão compelidos a cumprir a qualquer outra jornada e/ou suas atividades em jornada laboral diurna, salvo quando houver necessidade imperiosa do serviço.

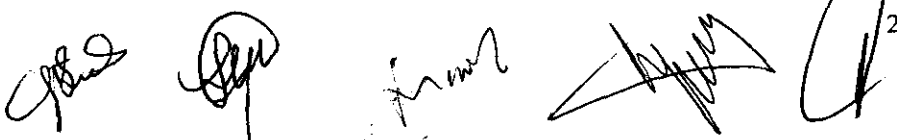
Parágrafo Terceiro: Fica assegurado aos enfermeiros que trabalhem até 36 (trinta e seis) horas semanais, poderão laborar em jornada dupla, na mesma entidade, desde que recebam a remuneração equivalente a 02 (dois) pisos salariais, ou dois salários bases fixados nas instituições que paguem aos enfermeiros salários maiores e superiores ao piso fixado em convenção.

CLÁUSULA NONA: DA JORNADA ESPECIAL - HEMODIÁLISE - É assegurada a jornada laboral de 36 (trinta e seis) horas semanais, e até 06 (seis) horas diárias aos enfermeiros funcionários de clínicas e/ou congêneres de Hemodiálise, para os contratos assinados a partir de 1º de maio de 1998.

Parágrafo Único: Para os contratos assinados em data anterior a 1º de maio de 1998, ficam assegurados os direitos e vantagens e a jornada contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOBRA DE PLANTÃO - Fica convencionado que as horas trabalhadas após o plantão, para atender necessidades imperiosas do serviço, quando da falta do profissional subsequente, serão pagas como horas extras, sendo facultada a compensação em folgas.

Parágrafo Único: O empregador ficará obrigado a providenciar em tempo hábil, outro funcionário para cumprir a lacuna do enfermeiro afastado, por motivo de saúde por período superior a 04



(quatro) dias, através de atestado médico, cujas normas e prazos de apresentação ficarão a critério do regimento interno de cada estabelecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: TRABALHO EM FERIADOS - Todo trabalhador tem direito ao descanso semanal remunerado que pode ser em qualquer dia da semana.

Parágrafo Único: Os profissionais da categoria que atendendo as necessidades da instituição empregadora, forem obrigados a prestarem serviços em dias feriados (período diurno e/ou noturno, que caíam em dias da semana de segunda-feira à sábado), o pagamento da diária será feito em dobro, sendo facultado ao empregador conceder 01 (uma) folga compensatória, além das folgas existentes, com exceção dos plantonistas.

DAS FALTAS ABONADAS, JUSTIFICADAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FALTAS ABONADAS - Serão abonadas as faltas dos profissionais da categoria, decorrentes de participação em congressos ou seminários, que se prestem ao aprimoramento profissional, no limite de 01 (um) evento anual, desde que obedeça aos seguintes critérios:

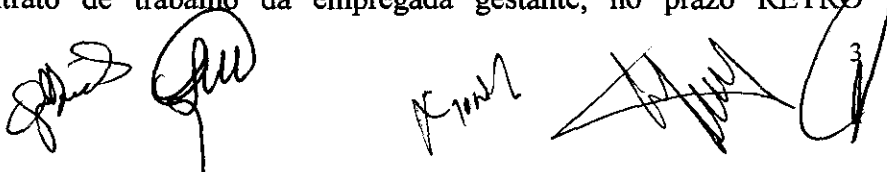
- a) Que exista solicitação prévia à chefia imediata, com cópia ao Departamento de Recursos Humanos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Que o afastamento limite-se a, no mínimo, 01 (um) profissional da categoria, ou no máximo 5% (cinco por cento) dos profissionais enfermeiros existentes na empresa, naquele período;
- c) Que não ocorra prejuízo de atendimento aos usuários da empresa;
- d) Que o afastamento não ultrapasse o período máximo de 07 (sete) dias, incluindo o dia do descanso semanal remunerado.
- e) E que o empregado comprove a participação no evento até 15 (quinze) dias após o seu retorno.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO INGRESSO COM ATRASO - As empresas concederão aos seus empregados uma tolerância máxima de atraso de 20 (vinte minutos) para a aferição do controle de ponto na entrada do serviço, benefício esse que não poderá exceder 03 (três) dias de trabalho no mês. Excedida essa tolerância, haverá desconto do tempo de atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DIRIGENTES SINDICAIS - Fica convencionado entre as partes que 01 (um) membro titular da Diretoria Executiva do Sindicato, terá direito a gozar da liberação para o exercício de sua função de dirigente sindical, sem prejuízo de sua remuneração, para fim de participação nas negociações coletivas da categoria junto ao Ministério do Trabalho, Procuradoria do Trabalho e na Justiça do Trabalho, conforme requerimento formal do SENECE, desde que haja solicitação do empregado com antecedência de 03 (três) dias e que seja comprovada a presença no prazo de 05 (cinco) dias após a participação do profissional no evento.

DAS ESTABILIDADES GESTACIONAL, DE APOSENTADORIA, FÉRIAS E OUTRAS GARANTIAS FAMILIARES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA ESTABILIDADE GESTACIONAL - Fica assegurada à empregada gestante, após o contrato de experiência, quando devidamente comprovada a gravidez perante o empregador, a estabilidade provisória até 05 (cinco) meses após o parto, podendo, todavia, o empregador, rescindir o contrato de trabalho da empregada gestante, no prazo RETRÔ



SENECE - SINDHEF - 2007-2008



denominado de estabilidade provisória, na hipótese de justa causa e pelo processo estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Fica desde já assegurado sem nenhum ônus para o empregador o direito da empregada gestante pedir demissão, devendo a mesma ser assistida pelo SENECE. Entenda-se que o período em que não haverá ônus para o empregador refere-se ao período avençado nesta Convenção e não o período determinado por lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO INTERVALO PARA AMAMENTAÇÃO DE FILHOS - Fica assegurado que para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: AUSÊNCIA PARA ACOMPANHAR FILHO - O profissional enfermeiro que necessite acompanhar seus filhos menores de 06 (seis) anos, inválidos e dependentes previdenciários às consultas médicas, não sofrerá desconto em sua remuneração, desde que forneça à empresa o respectivo atestado médico, limitando-se esta condição em no máximo (06) vezes por ano.

Parágrafo Único: A referida ausência de que trata o *caput* desta cláusula dependerá do que estiver estabelecido no regimento interno de cada empresa.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA: DA MÃE ADOTIVA - Fica desde já expressamente acordados a aplicação dos dispositivos legais vigentes, às mulheres que adotem crianças.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO AUXÍLIO CRECHE - Os estabelecimentos em que trabalharem mais de 30 (trinta) mulheres deverão pagar, mensalmente, as suas empregadas, que tenham filhos de até 06 (seis) anos de idade, a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por cada filho, para despesas de internamento em creches, escolas, internato ou empregada registrada como babá. Este benefício somente será assegurado à empregada que demonstrar com documento hábeis a realização de tais despesas, para que o empregador possa demonstrar o pagamento do auxílio creche como um salário indireto. Fica por igual este direito garantido às mães adotivas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: ESTABILIDADE DO PRÉ-APOSENTADO - Ao empregado que for dispensado sem justa causa e que tenha mais de 05 (cinco) anos de serviço na empresa, concomitantemente, falte no máximo 12 (doze) meses para se aposentar, a empresa pagará integralmente o valor das contribuições ao INSS, correspondente ao período necessário para que se complete o tempo de aposentadoria, com base no último salário reajustado na forma da presente convenção, reembolso este que não terá natureza salarial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS - A partir de 1º de maio de 2007, as férias deverão ser pagas e gozadas até no máximo o 11º (décimo primeiro) mês, após o término do período aquisitivo, sob pena de pagar dobrado. Devendo as empresas seguirem rigorosamente o que contém na Lei.

DA ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: VALE-ALIMENTAÇÃO - A partir do mês subsequente a assinatura da presente Convenção Coletiva, a SAMEAC (MEAC e HUWC) fornecerá 22 (vinte e dois) vales-alimentação, no valor de R\$6,00 (seis reais) cada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DA ALIMENTAÇÃO - Todo empregado da categoria profissional que realizar serviço extraordinário, para atender necessidade imperiosa do serviço, até 02 (duas) horas, terá direito a um lanche. Em se tratando de serviço extraordinário superior a 02 (duas) horas, o empregado fará jus à refeição completa.

Parágrafo Único: Fica vedada a concessão de alimentação diferenciada em razão dos cargos desempenhados pelos profissionais na instituição empregadora, devendo ser asseguradas iguais condições de qualidade e variedade a todos os integrantes da categoria profissional representada pela entidade sindical signatária da presente convenção coletiva.

DOS EQUIPAMENTOS, MATERIAL DE TRABALHO, SEGURANÇA, UNIFORME E OUTROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) - Fica assegurado o fornecimento de EPI'S necessários para cumprimento da atividade do setor em que esteja prestando serviço, bem como, a realização de exames de saúde, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: DA DANIFICAÇÃO DO MATERIAL DE SERVIÇO - Os empregadores não efetuarão descontos nos salários dos enfermeiros, de quaisquer valores, decorrentes de danificações de materiais de serviços, salvo quando for apurado a responsabilidade por negligência, imprudência, imperícia ou dolo do empregado no dano ocasionado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: UNIFORMES - As empresas que exigirem dos enfermeiros o uso de uniformes com características específicas da instituição (modelo, logotipo e cor), diferentemente do uniforme habitual da categoria, se comprometem com os custos destes, sem realizar descontos nos vencimentos do empregado.

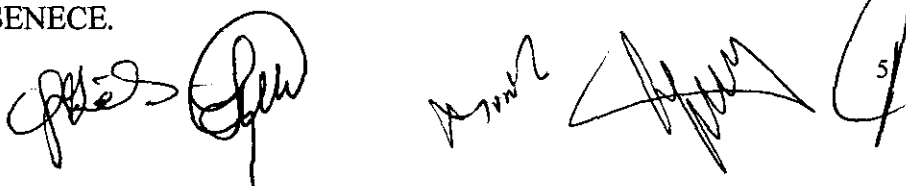
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: C A T - Fica acordado entre as partes, que a empresa enviará ao SENECE uma cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional enviado ao INSS do enfermeiro(a) acometido de qualquer acidente de trabalho ou doença profissional para fins estatísticos e pesquisas científicas.

DOS DESCONTOS SINDICAIS, ASSISTENCIAIS, CONTRIBUIÇÕES E REPASSES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: DA MENSALIDADE - A instituição empregadora descontará mensalmente dos enfermeiros filiados ao SENECE, o percentual de 1% (um por cento) sobre o salário base, referente a mensalidade do mesmo. O desconto será feito mediante autorização por escrito dos filiados.

Parágrafo Único: A instituição após efetuar desconto supra, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar depósito no Banco do Brasil -, Agência nº. 1369-2, Conta Corrente nº. 800116-2 e enviar comprovante de depósito e relação nominal dos enfermeiros ao SENECE, sob pena de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante descontado, além de juros e correção monetária na forma da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DO DESCONTO ASSISTENCIAL LABORAL - No mês que for concedido o reajuste salarial decorrente desta Convenção Coletiva de Trabalho, a instituição empregadora descontará, à título de contribuição assistencial, 5% (cinco por cento) da remuneração dos enfermeiros associados ao SENECE.



SENECE - SINDHEF - 2007-2008



Parágrafo Primeiro: O recolhimento a que se refere a cláusula acima, será efetuada para o SENECE, através de depósito no Banco do Brasil - , Agência nº. 1369-2, Conta Corrente nº. 800116-2, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante retido, além de juros de 1% (um por cento) por mês de atraso e correção monetária na forma da lei.

Parágrafo Segundo: A instituição após efetuar o recolhimento supra, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, enviar ao SENECE, o comprovante de depósito e a relação nominal dos enfermeiros contribuintes e suas remunerações, caso contrário será apenado com multa referida no parágrafo anterior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: DO DESCONTO ASSISTENCIAL PATRONAL - As empresas filiadas, recolherão ao SINDHEF- Sindicato das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado do Ceará, a título de contribuição assistencial, 3% (três por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento do mês de agosto parcelado em 12 vezes. Os recolhimentos efetuados fora dos prazos acima previstos ou a falta dos documentos solicitados sujeitará o estabelecimento faltoso a multa de 2% (dois por cento), juros de 1% (um por cento) por mês e atualização monetária na forma da Lei, independente das medidas cabíveis e demais sanções previstas em Lei. Na importância da arrecadação da Contribuição assistencial serão feitos os seguintes créditos no Banco do Brasil, conta corrente nº 800121-9 , agência 3655-2 - op. 003, Praça - Barão do Aracati.

Parágrafo Primeiro: A entidade deverá remeter ao SINDHEF- Sindicato das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado do Ceará a Segunda via da Guia quitada juntamente com a cópia da GRPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social) do mês que se refere à contribuição, até o 10º dia do mês seguinte.

DAS MULTAS

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA PRIMEIRA : DA MULTA POR VIOLAÇÃO DO ACORDO COLETIVO - Na hipótese de violação de quaisquer das cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, o infrator pagará ao Sindicato conveniente a multa de R\$1.000,00 (hum mil reais) revertida a favor do sindicato prejudicado.

Parágrafo Único: No caso de descumprimento de quaisquer cláusulas das presentes do presente instrumento coletivo, fica estabelecido que os convenientes deverão primeiramente instituir mesa de entendimento visando a composição amigável do conflito. A negociação dar-se-á através de comunicação escrita, no prazo de 48h, ao sindicato patronal que, em resposta, envidará esforços para mediar o conflito no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo: Ficam excluídas da aplicação desta cláusula as infrações ocorridas pela violação das cláusulas de mensalidades e desconto assistencial, quando serão aplicadas as penalidades nelas previstas, para que não ocorra dupla penalidade referentes a mesma infração.

DO TRANSPORTE EM TEMPO DE GREVE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: GREVE DE TRANSPORTE COLETIVO - Em caso de greve de transportes coletivos, as empresas se comprometem a pagar o valor complementar da despesa efetiva do transporte para os enfermeiros (as) no trajeto residência/trabalho/residência.

GARANTIAS ASSISTÊNCIAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – AUXÍLIO FUNERAL - No caso de falecimento do empregado enfermeiro, as empresas pagarão R\$ 700,00 (setecentos reais), à título de auxílio funeral, a família do mesmo, mediante apresentação do atestado de óbito.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: DA PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO - Fica vetado a contratação de profissionais da categoria, como estagiários (as), com salários inferiores ao piso salarial previsto nesta Convenção, pelas empresas representadas pelo sindicato patronal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: CAGED - Os empregadores se comprometem a enviar uma cópia da guia do CAGED (cadastro geral de empregados e desemprego), quando solicitada pelo SENECE, para fins de estatística profissional e pesquisa científica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: DA CONVENÇÃO E O GANHO - Nenhum enfermeiro poderá ter seus ganhos reduzidos por motivo da aplicação da presente Convenção, nem dela ser excluído, seja qual for o seu tempo de serviço.

CLAUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA : FORO DE COMPETÊNCIA - As controvérsias por ventura resultantes da aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho, serão dirimidas pela Justiça de Trabalho do Estado do Ceará, se antes não forem dirimidas pelas partes acordantes.

CLAUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: DA VIGÊNCIA - A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá duração de 01 (um) ano, iniciando de 1º de maio de 2007 e terminado em 30 de abril de 2008, surtindo eficácia 03 (três) dias após o seu depósito na Delegacia Regional do Trabalho – DRT, para fins de registro e arquivamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE TRABALHO - Nas rescisões de contratos de trabalho, superiores a 1 (um) ano, o empregador providenciará preferencialmente a homologação perante a entidade sindical laboral, atendendo o disposto no Art. 477, parágrafo 6º da CLT, sob pena de pagar a multa estabelecida na citada Lei, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) Recusar-se o empregado a assinar a comunicação prévia da data, hora e local da homologação;
- b) Assinando, deixar de comparecer ao ato, devendo o órgão homologador atestar o fato;
- c) Comparecendo, suscitar dúvidas que impeçam a sua realização, hipótese em que a empresa reaperceberá os novos cálculos, se for o caso, em até 2 (dois) dias úteis;
- d) Em outros casos, quando comprovadamente não existir culpa da empresa, atestará a entidade laboral, o comparecimento da empresa em sua sede.

Parágrafo Primeiro: Se o empregado que trabalha fora de Fortaleza for convocado para homologar sua rescisão nesta Capital, a empresa arcará com as despesas de seu deslocamento e outras necessárias à permanência do ex-empregado aqui, até a formalização da homologação, desde que a ruptura do contrato de trabalho seja sem justa causa.

SENECE - SINDHEF - 2007-2008



Parágrafo Segundo: Em caso do sindicato laboral não possuir representação na sede do empregador, o mesmo poderá proceder a homologação na Agência de Atendimento local do Ministério do Trabalho e Emprego ou no foro competente.

Parágrafo Terceiro: O sindicato laboral fornecerá à empresa, declaração de seu comparecimento para realização da homologação da respectiva rescisão contratual, caso não seja possível sua realização, a fim de que a empresa comprove perante o Ministério do Trabalho e Emprego ou outro órgão competente que restou respeitada a preferência estabelecida no *caput*.

E assim, por estarem justas e convencionadas, as partes, por seus representantes legais, assinam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surta os devidos efeitos legais.

Fortaleza (CE), 03 de Outubro de 2007.

Geusa Maria Dantas Lélis
GEUSA MARIA DANTAS LÉLIS
Presidente do SENECE

Pedrinho Minski
Pedrinho Minski
Presidente do SINDHEF

Silvia Gomes Mariano
SILVIA GOMES MARIANO
Assessora Jurídica - SENECE

Jardson Saraiva Cruz
JARDSON SARAIVA CRUZ
Assessor Jurídico - SINDHEF

Luís Fernando Baum
LUÍS FERNANDO BAUM
Preposto do SINDHEF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO CEARÁ
	SEÇÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
Nos termos do artigo 614 da CLT, defiro o pedido de depósito da presente Convenção Acordo Coletivo de Trabalho/Alterações, constante do processo nº	
CCT 46205.015801/2007-59	
LIGIA PEREIRA DOMINGOS Téc de Nível Médio Mat. 050965 - SECRET/DRT/CE	Registro e Arquivo na DRT/CE sob o nº 688/2007
	Data do Protocolo de depósito 26.11.07
	Fortaleza 29.11.07